

ADOLF E. JENSEN: *Myth and Cult Among Primitive Peoples*. Traduzido por Marianna Tax Choldin e Wolfgang Weissleder. X + 349 págs. The University of Chicago Press. Chicago e Londres, 1963. (Preço: US\$ 8.75).

Na história do pensamento etnológico, o esforço de interpretar as religiões primitivas, e principalmente o de explicar-lhes a origem, tem feito surgir as mais disparatadas teorias. E. B. Tylor, por exemplo, julgava ter encontrado no animismo, isto é, numa concepção primordial de almas e espíritos, as raízes da criação das divindades e de tudo o que dela decorre. Marett e Preuss, por seu turno, postulavam uma forma de magia pré-animista, ou seja, a crença numa força mágica impessoal inerente a seres humanos, animais, plantas ou coisas, como estágio preliminar da imagem de um mundo sobrenatural povoado de personagens responsáveis pela ordem da natureza e pelo destino dos homens. Para a teoria do monoteísmo primitivo, ardorosamente defendida por A. Lang e W. Schmidt, a concepção duma divindade suprema, análoga à do Cristianismo, teria dominado as religiões mais antigas, das quais o politeísmo, o animismo e a magia se teriam derivado por degenerescência. Entre essas posições extremas situam-se outras tentativas de explicação, tôdas elas condenadas desde o início a não passarem de meras conjeturas ou, quando muito, de hipóteses mais ou menos verossímeis.

Dentre os etnólogos contemporâneos, um dos que mais se empenharam em reexaminar o problema ou alguns de seus aspectos cruciais à luz do material etnológico reunido nos últimos decênios foi o Professor Ad. E. Jensen, antigo diretor do Instituto Frobenius da Universidade de Frankfurt. Uma de suas obras principais, "Mito e Culto entre Povos Primitivos", agora traduzida para o inglês, voltou a ser objeto de intensa discussão no meio dos especialistas.

Trata-se de livro conceituoso e estimulativo, que reflete um esforço genuíno de obter maior clareza em assunto notoriamente controvertido. Apesar da oposição radical às teorias de outros sábios, tem o mérito de não pretender uma explicação definitiva, mas uma compreensão mais aceitável. Tem o mérito, também, de deixar claro, através de exemplos concretos, que idéias antigas e errôneas tendem a persistir com virulência a tôda prova como verdades estabelecidas, ainda quando delas se tenham afinal desdito os próprios autores, virulência que se manifesta não somente entre etnólogos, como entre representantes de outras disciplinas que se aproveitam dos dados da etnologia. Não surpreende, por isso, o tom veemente com que Jensen refuta essas velhas idéias, que se deveriam supor mortas, nem a repetição quase fastidiosa dos argumentos em contrário. Outro mérito da obra — alguns diriam talvez defeito — é o de constituir uma análise coerente com *uma* determinada teoria etnológica, a da morfologia cultural, isto é, com uma concepção definida das culturas e de sua dinâmica. De onde, porém, a necessidade de o leitor, para apreciar as conclusões, se colocar no mesmo universo teórico, e, no caso, aceitar como plataforma os postulados da escola de Frobenius. É que a etnologia, apesar de ciosa de seu caráter científico, não alcançou ainda a maturidade que se exprima numa linguagem comum ou, por outra, num corpo de conceitos fundamentais aceito ou pelo menos compreendido pelos representantes das várias escolas. Quanto a Jensen, cumpre em todo caso reconhecer-lhe a tendência salutar de despir até certo ponto a explicação paideumática da cultura daquele cunho por demais intuitivo que lhe imprimira Frobenius. E se emprega, como não podia deixar de fazer, o esquema e as categorias de análise propostos pelo fundador da escola, nem por isso o seu raciocínio deve ser acoimado de esotérico. Abdica mesmo em grande parte de sua posição histórico-cultural, para encarar o fenômeno religioso entre os povos tribais por um prisma psicológico e dentro de uma perspectiva mais ampla.

Côncio dos limites naturais da explicação etnológica do fenômeno religioso, Jensen se abstém desde logo de especular sobre o que teria sido a primeira religião da humanidade, problema que por certo nunca se resolverá. Tampouco se propõe submeter a uma análise científica a natureza da religião, que — pela simples inexistência dos necessários critérios objetivos — resiste a um tratamento dessa ordem. Por outro lado, considera legítimo examinar o mito e o culto, isto é, as formas concretas pelas quais o mistério da religião se manifesta, no intuito de compreender-lhes o sentido primevo e os fundamentos psicológicos, o que procura conseguir através da reconstrução dos processos criadores que lhes deram origem. Esta definição precisa dos objetivos e do método confere à discussão uma coesão interna rara nas obras do gênero.

Diante da evidência do material etnográfico hoje disponível, já não há razão para se contestar o postulado básico de que o homem, desde que merece este nome, tem sido portador das faculdades intelectuais e espirituais que hoje o caracterizam e que se manifestam em tôdas as culturas. Mito e culto seriam, pois, ao menos virtualmente, tão antigos quanto a própria humanidade, o primeiro como expressão da natureza cognitiva do homem, o segundo, de sua natureza representativa. De bom grado se acompanha também o autor quando se nega a ver no mito nada mais do que uma forma rudimentar de ciência e na magia um estágio preliminar do culto. Mas talvez os fatos não justifiquem de todo a maneira radical com que Jensen se firma em seu ponto de vista e que se deve entender por certo como recurso para melhor marcar a oposição a hipóteses obsoletas, aliás não menos radicais. Admitindo embora de início que tôdas as faculdades humanas são ativas na criação cultural, exclui a interferência da indagação causal na origem do mito genuíno e considera incompatível com a gênese do culto a vontade de influenciar a natureza ou os poderes sobrenaturais. Tal restrição, entretanto, tende a limitar a imagem do homem tomada como ponto de partida e na qual estão implícitos o raciocínio lógico-causal e a atitude finalista. Se no decorrer de sua história (na fase de “aplicação”) o mito, à medida que vai perdendo o sentido de origem, se revela tão vulnerável ao pensamento causal, a ponto de não raro reduzir-se a uma narrativa etiológica pura e simples, e se, por sua vez, cerimônias de culto nesse processo acabam por transformar-se muitas vezes em práticas mágicas, dir-se-ia — e o próprio autor o reconhece a certa altura — que a forma original (a “expressão”) já traz em seu bôjo o germe dessa “decadência”. Mesmo em sua forma autêntica, mito e culto são afinal, um e outro, maneiras de dominar psicológicamente a realidade, tal como o são, em plano diverso, a ciência e a magia propriamente ditas. Também o elemento lógico-causal se afigura presente a seu modo no mito, assim como a intenção finalista (não necessariamente específica) é ativa também no culto. Aliás, além de conter a função etiológica do precedente mítico, tão manifesta em tantos exemplos que parece difícil descartá-la como alheia à natureza do mito, este, entre outras coisas, como bem assinala Jensen, faz viver no homem uma parte do divino poder criador e do domínio dos deuses sobre a natureza. Se isto não é ciência nem magia, corresponde ao menos funcionalmente a disposições fundamentais do espírito que lhes dão origem. Certo, o mito atende às solicitações do intelecto apenas na medida em que o contexto cultural oferece os necessários estímulos. Uma vez que a verdade mítica é de cunho antes de mais nada vivencial e relativa em essência ao mistério da vida e não aos fenômenos passíveis de redução quantitativa, ponto em que o autor insiste com razão, o caráter causal tende naturalmente a ser obliterado ou enfreado, ainda mais por causa da experiência emocional que se associa ao mito como fundamento, que é, de toda religião. De modo semelhante, culto é representação do mito e, como diz o autor, uma demonstração da ordem nele expressa. Mas, embora não se

chegue a afirmar com Bergson que a magia é inata ao homem, talvez devamos considerá-la, com Radin, tão antiga quanto êle. E se não excluimos da gênese do culto a idéia de um poder que nêle se manifeste, seria estranho que êste poder deixasse de ser concebido desde logo como recurso para a solução de problemas da vida humana.

Não há motivo, enfim, para, aceitas as premissas e os postulados do autor, se discordar da afirmação de que o fator discursivo e a idéia da eficiência do ritual religioso deturpam ou desgastam aos poucos o sentido original do mito e do culto, incrementando-se na proporção em que a curiosidade do intelecto, presente *ab initio*, deixa de satisfazer-se com uma cognição predominantemente intuitiva do mundo e na medida em que a expectativa de salvação se impõe à representação cerimonial. A nossa reserva se refere a uma barreira intransponível que se interponha, de um lado, entre o raciocínio e a faculdade cognitiva responsável pela criação mítica e, do outro, entre os atos genuínos de culto religioso e os mágicos, de intenção finalista. Aliás, o próprio autor, fazendo a síntese de seu livro, tem a prudência de temperar a posição assumida, declarando que se trata de não considerar o pensamento lógico-causal como fator decisivo na gênese do mito. As distinções rigorosas são necessárias como categorias científicas e como instrumentos de análise. Mas todos sabemos como é difícil enquadrar nelas os fenômenos humanos, tão complexos em sua manifestação concreta.

Egon Schaden

*

JACQUELINE ROUMEGUÈRE-EBERHARDT: *Pensée et Société Africaines: Essais sur une dialectique de complémentarité antagoniste chez les Bantu du Sud-Est*. 99 págs. Cahiers de l'Homme, Nouvelle Série, III. Mouton & Co. Paris e Haia, 1963.

Jacqueline Roumeguère-Eberhardt oferece-nos neste trabalho fragmentos de imenso material recolhido no decorrer de suas pesquisas de campo, entre populações que a viram nascer, que a aceitaram desde a infância nas tribos como membro, e que a viram com tôda a naturalidade seguir, nas escolas femininas de iniciação, a mesma aprendizagem que as meninas indígenas. A essa circunstância se deve um dos caracteres originais da obra: dos fatos que pesquisa, a autora possui um conhecimento "de dentro", obtido através de sua educação e do perfeito domínio dos dialetos nativos, que anulam quaisquer barreiras culturais entre ela e os pesquisados.

Outras qualidades são a precisão e o rigor da análise sociológica, sempre enraizada ao nível mais empírico do material colhido, e desenvolvida segundo as correntes sociais internas que os fatos pesquisados ao mesmo tempo seguem e comandam. A articulação dos fatos se organiza segundo a lógica que lhes é particular, a qual se desprende do próprio material e se cristalizara já no ensinamento que a autora recebeu dos oficiantes, dos instrutores ou dos sacerdotes, dos quais foi discípula no decorrer de sua iniciação; tal lógica se exprime através de um processo dialético entre pensamento e sociedade, que, porém, nada deve a sistemas filosóficos ocidentais, nem mesmo à tríade sumária tese-antítese-síntese. No sistema de pensamento dos Bantu ocidentais, não se vislumbra jamais a noção de contradição, própria à lógica aristotélica; as articulações dialéticas são dominadas por duas noções-chave, a de Efetivação-Potencialização, e a de Dualidades Complementares, ora sinérgicas, ora antagônicas; ou então ao mesmo tempo sinérgicas e antagônicas.